



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Morro de São Paulo/BA, Brasil

ARTUR GOMES DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
arturgomes1@hotmail.com

ODÉSSIA FERNANDA GOMES DE ASSIS
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
fernandagomesdeassis532@gmail.com

JESSIE COUTINHO DE SOUZA TAVARES
jessiecoutinho@unifor.br

ANTONIO JACKSON ALCANTARA FROTA
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
jacksonfrota@ibest.com.br

JOSÉ FERNANDO PEREIRA SANTANA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
jfpsantana@gmail.com

Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Morro de São Paulo/BA, Brasil

Resumo

Os impactos causados pelo turismo atingem, diretamente, as dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, assim, seus efeitos devem ser conhecidos e controlados para preservar os recursos disponíveis e garantir a perenidade dessa atividade econômica. O objetivo deste trabalho é identificar como o desenvolvimento sustentável, caminho para a sustentabilidade, é percebido pelos profissionais de turismo que atuam em Morro de São Paulo/ BA, para tal, foi feita uma pesquisa em dados socioeconômicos secundários e, a seguir, foi utilizado um questionário, baseado em Sen (2010), que foi aplicado a 144 respondentes, todos ligados ao turismo. Os dados coletados foram tratados com o *software* SPSS para avaliar o *Alpha de Cronbach* e efetuar uma Análise Fatorial Exploratória e, após, com o uso do *software* AMOS, foi efetuada uma Análise Fatorial Confirmatória. Além do aumento da concentração de renda, os dados secundários nada indicaram que pudesse comprometer as dimensões social e econômica, porém, a análise quantitativa não identificou o modelo de desenvolvimento sustentável de Sen (2010), levando a inferir que o caminho para a sustentabilidade não está sendo trilhado no local.

Palavras-chave: Profissionais de turismo, Turismo sustentável, Desenvolvimento sustentável, Morro de São Paulo, Modelagem de Equações Estruturais.

Tourism and Sustainable Development in Morro de São Paulo/BA, Brazil

Abstract

The impacts caused by tourism reach, directly, the dimensions that make up sustainable development and sustainability, so its effects must be known and controlled to preserve resources and ensure the feasibility of this economic activity. The objective of this work is to identify how sustainable development, path to sustainability, is perceived by tourism professionals who work in Morro de São Paulo / BA, to reach this goal, a survey was done in secondary socioeconomic data and a questionnaire, based on Sen (2010), was applied to 144 respondents, all linked to tourism. The collected data were treated with the SPSS software to evaluate the Cronbach's Alpha and make an Exploratory Factor Analysis, and after, using AMOS software, it was made a Confirmatory Factor Analysis. Besides the higher concentration of income, secondary data indicated nothing that could compromise the social and economic dimensions, however, the quantitative analysis did not identify the sustainable development model defended by Sen (2010), leading to the inference that the path to sustainability is not being tracked on the researched place.

Keywords: Tourism professionals, Sustainable tourism, Sustainable development, Morro de São Paulo, Structural Equation Modeling.

INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica, social e econômica observada nas últimas décadas, além de provocar mudanças nas sociedades, resultou também em uma nova forma de identificar, explorar, avaliar e conservar os recursos ambientais a partir da compreensão de que estes determinam não só o fornecimento de matéria-prima, mas, também, lazer, descanso e melhor qualidade de vida para os atuais indivíduos que compõem a sociedade, além de se constituírem no mais importante legado para aqueles que os herdarão.

O turismo objetiva a evolução da sociedade e dos indivíduos, trazendo desenvolvimento, descanso e diversão o que envolve a interação de diversas dimensões como comércio, transporte, hospedagem infraestrutura e a disponibilização de serviços, formando um sistema aberto no qual as variáveis que nele atuam podem causar impactos positivos e/ou negativos no meio social, econômico, cultural e ambiental. Por causar influências tão complexas, ao conceito de turismo deve ser atrelado o conceito de desenvolvimento sustentável. A junção desses dois conceitos originou o conceito de turismo sustentável, que objetiva a exploração de recursos sem comprometê-los, atendendo a definição desenvolvimento sustentável que “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987).

Segundo o artigo 24 da declaração Universal dos Direitos Humanos, todos têm o direito de descansar e desfrutar do lazer, a um limite razoável das horas de trabalho e férias remuneradas, o que implica que o turismo não é um luxo, mas um direito, assim, indica-se a tendência a um aumento nas atividades relativas ao turismo em todo o mundo e, até 2020, haverá uma movimentação turística de 1,6 bilhões de pessoas (OMT, 2010).

Neste contexto, no qual um incremento do turismo no mundo já está previsto e pode afetar o meio ambiente (HUIQIN E LINCHUN, 2011) causando problemas econômicos e sociais, surge a questão que orienta este trabalho: Como os profissionais do turismo percebem o desenvolvimento sustentável no local em que operam? Para responder tal questão foi estabelecido como objetivo geral identificar como o desenvolvimento sustentável é percebido pelos profissionais de turismo e como objetivo específico, conhecer o perfil socioeconômico dos habitantes locais. Como objeto de pesquisa, por ser uma zona receptora de turistas e, portanto, onde ocorre o maior impacto ambiental (HUNTER, 2002), foi eleita a localidade de Morro de São Paulo, situada na ilha de Tinharé / BA, cuja principal atividade econômica é o turismo.

Este trabalho justifica-se pelo fato de que identificar como é percebido o desenvolvimento sustentável como meio para atingir a sustentabilidade (SILVA e MENDES, 2005), possibilita a prevenção e controle dos impactos ambientais, sociais e econômicos causados pelo turismo em Morro de São Paulo, que, por ser a atividade econômica da qual depende a maioria de seus habitantes, caso encontre barreiras ao seu desenvolvimento ou perenidade, pode comprometer a qualidade de vida dos habitantes e o meio ambiente.

2 – MORRO DE SÃO PAULO

As ilhas causam uma impressão positiva no turista (PEARCE, 2003), a ilha de Tinharé não é uma exceção, com seu clima quente, tornou-se um local ideal para uma fuga do cotidiano (GOSSLING, 2003), em especial, Morro de São Paulo, com seus recursos naturais, belas praias e biodiversidade exuberante, ressalta sua tendência ao turismo de lazer.

Descoberta pelo navegador português Martin Afonso de Souza em 1531 e fundada em 1535, Morro de São Paulo, distrito do município de Cairú faz parte do arquipélago de Tinharé, que é formado 26 ilhas dentre as quais apenas três delas são habitadas. A APA Tinharé-Boipeba, onde se situa Morro de São Paulo, com seus 5.673 km², situa-se ao sul da Bahia a 60 km de Salvador, capital do Estado, na “Costa do Dendê”, uma região estuarina cortada por morros, recifes e barras, típicas do litoral brasileiro, entre o Rio dos Patos e o Canal de Taperoá. Outros rios como o Acaraí, Cachoeira grande Jequié e Una também cortam a região e formam a Bacia do Recôncavo. Na área, podemos encontrar outras ilhas menores como a Ilha da Aranha, Coroinha, Matinha, e Manguinhos que também pertencem ao município de Cairú, que se situa fora da referida APA. O clima da região é superúmido e úmido, a temperatura média é de 25°C e apresenta um período chuvoso que se estende de março a agosto. As figuras 1 e 2 mostram, respectivamente, o mapa e a vista aérea de Morro de São Paulo.

Figura 1 – Mapa de Morro de São Paulo



Fonte: Thévenin e Locatel (2014, p.75).

Figura 2 – Vista Aérea de Morro de São Paulo



Fonte: <http://www.morrodesaopaulobahia.com>

Embora Morro de São Paulo seja quase tão antiga quanto o Brasil, sempre foi um local tranquilo e, até a década de 1970, não havia telefone e luz elétrica, que só foram disponibilizados em 1985. Contam os historiadores, que os nazistas, durante a segunda guerra mundial, afundaram navios brasileiros em frente à primeira praia e que os nativos socorreram os naufragos; este fato contribuiu para que o Brasil entrasse na guerra. Alguns dos principais pontos turísticos de Morro de São Paulo são mostrados nas figuras 3, 4, 5 e 6.

Figura 3- 1ª e 2ª Praias.



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Figura 5 – Caminho da Gamboa.



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Figura 4 – 3ª Praia



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Figura 6 – Ilha de Boipeba.



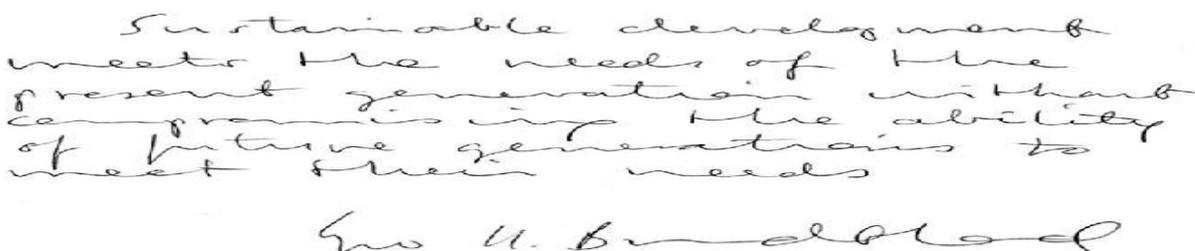
Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Cairú é o quarto maior destino receptor do turismo internacional na Bahia, ficando atrás de Salvador, Porto Seguro e Mata de São João e lá se encontram 5% do total dos meios de hospedagem disponíveis nos 417 municípios da Bahia, indicando grande capacidade para receber turistas e hospedando entre 776 mil e 952 mil turistas por ano. A população é formada por 7,2% de pessoas migrantes dos quais 83,9% residem em Morro de São Paulo (THÉVENIN E LOCATEL, 2014);

3 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEGUNDO SEN (2010)

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido alvo de muitas pesquisas, os autores ainda não chegaram a um consenso quanto às dimensões e variáveis envolvidas ou relacionadas ao construto (BARBIERI et al., 2010; CHACON, 2007; CIEGIS et al., 2009; JICKLING, 2000; KEINER, 2006). O conceito mais conhecido é aquele definido no documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987), indicado na figura 7.

Figura 7 – Definição de desenvolvimento sustentável (assinada por Gro Brundtland, líder da CMMAD, (1987)).



Sustainable development
meets the needs of the
present generation without
compromising the ability
of future generations to
meet their needs

Gro H. Brundtland

Fonte: Keiner (2006, p. 2).

Entre os modelos de desenvolvimento sustentável mais utilizados, estão o modelo de Sachs (1993) que define como dimensões do construto a sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural; e o modelo de Sen (2010) que define o desenvolvimento sustentável como resultante da liberdade, tendo como dimensões as liberdades políticas e econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e a segurança protetora; este modelo será utilizado neste trabalho.

Apesar de todo o desenvolvimento observado nas últimas décadas, ainda se pode observar grande diferença entre as condições de vida não só entre as comunidades, mas até mesmo dentro destas, indicando a existência da privação de direitos que dificulta a implantação de ações que visem o desenvolvimento e ressalta a necessidade de busca por novas formas por meio das quais as sociedades possam alcançar condições de vida mais homogêneas (OLIVEIRA, 2015).

Observa-se também, entre as sociedades atuais, o consenso de que o desenvolvimento deve ser medido exclusivamente utilizando-se instrumentos econômicos, que não consideram as consequências e/ou efeitos que a ação humana pode causar nos meios ambiental e social. Tal contexto indica que, atualmente, trilha-se um caminho que leva a uma situação de caos que envolve não só as sociedades em que tal situação é observada com maior intensidade, mas, também, aquelas onde se pode observar melhor interação social, ambiental e econômica, pois, atualmente, devido à globalização, os efeitos positivos ou negativos resultantes da interação entre as ações humanas e o meio ambiente apresentam reflexos em todo o mundo (OLIVEIRA, 2016).

Buscando um novo modelo de desenvolvimento, Sen (2010) sugere que “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda, sem desconsiderarmos o crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele” (SEN, 2010, p. 28) e, ao ressaltar a importância da liberdade como fator essencial para o desenvolvimento, defende que “a liberdade é um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 33), destacando que “o desenvolvimento é, na verdade, um tremendo compromisso com as possibilidades da liberdade” (SEN, 2010, p. 337) o autor define seu modelo de desenvolvimento sustentável como função da liberdade, tendo como dimensões as Liberdades Políticas e Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantias de Transparência e Segurança Protetora, que, segundo Oliveira (2015), são assim definidas:

3.1 Liberdades Políticas

Não deve haver restrições políticas e os direitos civis devem ser respeitados, assegurando às pessoas o direito de escolha de seus governantes assim como os princípios que irão nortear este governo. Devem ser asseguradas aos integrantes da sociedade o respeito à livre expressão, não só pessoal como também à dos meios de comunicação, preservando o direito de dissidência ou discordância de qualquer ideia ou ideal político.

3.2 Facilidades Econômicas

Aos integrantes da sociedade deve ser assegurado o direito de utilizar seus recursos da forma que lhes for conveniente. Deve ser ressaltado que os direitos econômicos dependerão dos recursos das pessoas, das condições de mercado e das leis que o regulamentam e que o desenvolvimento econômico surge quando a sociedade enriquece e também os direitos econômicos de seus integrantes, o que resulta em classes sociais pouco diferenciadas e distribuição de renda mais homogênea.

3.3 Oportunidades Sociais

Apresentam-se sob a forma de chances de desenvolvimento e crescimento sociais presentes em uma sociedade e incluem fatores como educação, saúde, saneamento básico e segurança.

3.4 Garantias de Transparência

Referem-se ao estabelecimento e cumprimento das leis e normas vigentes no âmbito social, assegurando proteção contra atos arbitrários e determinando equidade social, além de evitar atos ilícitos e possibilitar melhor qualidade de vida e segurança. As garantias de transparência “referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de transparência e clareza” (SEN, 2010, p. 56).

3.5 Segurança Protetora

Refere-se à segurança oferecida às partes da população que venham a sofrer ameaças ou que apresentem vulnerabilidades, para seu estabelecimento devem ser adotados procedimentos de proteção que objetivem criar, manter e operar uma rede para impedir ou auxiliar a população ou parte dela, em situações adversas, segundo Sen, (2010, p. 57) “é necessária uma rede de

segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à morte e à fome”.

4 – METODOLOGIA

Os impactos causados pelo turismo podem ser observados nas zonas de emissão (local de onde vêm os turistas), nas zonas de trânsito (por onde os turistas passam) e nas zonas receptoras (onde os turistas se hospedam e, geralmente, ficam a maior parte da viagem) nas quais ocorrem os maiores impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais (HUNTER, 2002). Morro de São Paulo pode ser caracterizada como uma zona receptora de turistas, razão pela qual foi escolhida como objeto deste estudo.

O presente estudo, de caráter quantitativo e exploratório, objetiva identificar como os profissionais ligados ao turismo em Morro de São Paulo percebem o desenvolvimento sustentável no local. Para alcançar este objetivo, foi seguido o que afirmaram Guzman e Rebbolloso (2012) quanto aos agentes que participam do produto turístico, indicados na figura 8. Assim, foram definidos os sujeitos da pesquisa, indicados no quadro 1.

Figura 8 – Agentes participantes no produto turístico



Fonte: Adaptado de Guzman e Rebbolloso, (2012, p. 75).

Quadro 1 – Composição da amostra.

Profissionais Ligados ao Turismo que Formaram a Amostra		
Agentes	Descrição	Número
Hotéis	Proprietário / gerente de hotéis /pousada e pessoas que alugam imóveis no local	25
Restaurantes	Proprietários ou gerente de restaurante	26
Agencias de viagem e de serviços	Funcionários de agências de recepção e outros Profissionais ligados ao turismo*	31
Transporte Terrestre	Profissionais ligados ao transporte terrestre **	19
Transporte Aéreo	Profissionais ligados ao transporte aéreo	4
Guias de Turismo	Guias de turismo	22
Sociedade	Pessoas da comunidade***	17
*Funcionários de agências de turismo, Instrutores de mergulho, fotógrafos, condutores de lanchas e barcos.		
**Condutores de jeeps e veículos que fazem passeios pelas ilhas.		
***Pessoas cuja renda depende do turismo.		

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Foi adotado o modelo de desenvolvimento sustentável proposto por Sen (2010), cujas dimensões foram operacionalizadas por Oliveira (2014, 2016) (ver quadro 3) em um questionário composto por 20 questões associadas a uma escala Likert de 5 pontos indicada no quadro 2. Esta escala é recomendada, quando se busca avaliar a intensidade de um sentimento ou percepção (CHURCHILL JR, 1999).

Quadro 2 – Pontos da escala Likert utilizada.

1	Discordo totalmente
2	Discordo
3	Não concordo e nem discordo
4	Concordo
5	Concordo totalmente

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Quadro 3 - Operacionalização do modelo de Sen (2010).

	D I M E N S Õ E S				
	Liberdades Políticas	Liberdades Econômicas	Liberdades Sociais	Garantias de Transparência	Segurança Protetora
V	1 – Decidir quem governa e sob que princípios	1 – Acesso aos recursos econômicos	1 – Acesso a serviços de saúde	1 – Confiança entre as pessoas	1 – Existência de Rede de segurança social
A					
R	2 – Fiscalizar e criticar autoridades	2 – Acesso aos bens produzidos	2 – Acesso à educação	2 – Mecanismos de combate à corrupção e atos ilícitos	2 – Programas de suplementação de renda
I					
Á	3 – Liberdade de expressão política e imprensa livre	3 – Preços similares a outros mercados	3 – Segurança	3 – Amplo acesso aos atos dos governantes	3 – Formas de distribuição de alimentos em caso de emergência
V					
E		4 – Diferença entre classes sociais	4 – Infraestrutura		4 - Procedimentos de emergência para apoiar necessitados
I					
S		5 – Distribuição de renda			
		6 – Acesso ao crédito			

Fonte: Baseado em Sen (2010, p. 10).

O instrumento de pesquisa foi aplicado a 144 profissionais ligados ao turismo que atuam em Morro de São Paulo e, após a análise de valores ausentes (*Missing Values*) e dados discrepantes (*Outliers*) (HAIR JUNIOR et al., 2009) todos foram considerados válidos.

Os dados foram coletados no período de 23 a 29 de junho de 2016 e foram inseridos no *software Statistical Package for Social Sciences – SPSS*, versão 20. Foi efetuada a análise do *Alpha de Cronbach* para verificação da consistência interna dos dados e validade do instrumento de pesquisa. A seguir, foi efetuada uma Análise Fatorial Exploratória – AFE – para verificar que variáveis poderiam ser inseridas no *software AMOS*, versão 21, para efetuar uma Análise Fatorial Confirmatória – AFC – utilizando-se Modelagem de Equações Estruturais – SEM – para identificar se o modelo de Sen (2010) se adaptaria às condições apresentadas.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, utilizando-se dados secundários, foi efetuada uma pesquisa sobre a evolução dos dados socioeconômicos da população do município de Cairú; indicados no quadro 4, a seguir, os dados recolhidos por meio do instrumento de pesquisa foram inseridos no *software* SPSS para análise do *Alpha de Cronbach* e verificação da confiabilidade do instrumento de pesquisa utilizado e da consistência interna dos dados; após, foi efetuada uma Análise Fatorial Exploratória – AFE, como análise inicial para efetuar-se uma Análise Fatorial Confirmatória – AFC, utilizando-se o *software* AMOS, versão 21, para verificar o ajuste do modelo utilizando Modelagem de Equações Estruturais – SEM.

Foi constatada a existência da Associação de Moradores e Amigos de Boipeba (AMABO), a Associação dos Moradores e Amigos de Garapuá (AMAGA), e a Associação Ambientalista Baiacu de Espinhos (AABBE) com sede em Morro de São Paulo, porém, durante a realização desta pesquisa, não foi localizada qualquer pessoa que pudesse responder por tais instituições.

5.1 Evolução dos Dados Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos indicados no quadro 4 são referentes ao município de Cairú, não são específicos de Morro de São Paulo.

Quadro 4 – Dados Socioeconômicos do município de Cairú.

Índices	1991	2000	2010	Observações
IDHM	0,259	0,437	0,627	Cairú ocupa a 3534 ^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).
Longevidade	63,0	66,7	73,4	No Brasil a esperança de vida era de 64,7 em 1991, 68,6 em 2000 e 73,9 em 2010.
Anos de estudo: até os 18 anos.		5,41	7,89	Na Bahia: 2000 → 7,28; 2010 → 8,63. Os índices do município são menores.
% de vulneráveis à pobreza	93,68%	81,80 %	60,35 %	Os índices indicam evolução na segurança protetora.
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis.	-	26,4 %	19,51 %	Há uma diminuição deste índice.
População	15.217	11.410	15.374	Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -3,15%, na Bahia foi de 1,08% e no Brasil 1,63%.
Renda <i>per capita</i>	128,83	165,54	334,19	Observa-se o aumento da renda <i>per capita</i> no período analisado.
% de pobres	69,90%	59,95 %	32,54 %	Pobres: Pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior a R\$ 140,00 (referência: agosto de 2010).
Índice de Gini *	0,40	0,49	0,53	Observa-se que a diferença na distribuição de renda tem se acentuado ao longo dos anos.

*Índice utilizado para medir o grau de concentração de renda, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, varia de 0 a 1, onde zero representa a situação onde todos têm a mesma renda, e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do local avaliado.

Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013).

Os dados do quadro 4 indicam evolução do IDHM, longevidade e anos de estudo próximos aos índices encontrados para o país. A porcentagem de vulneráveis à pobreza diminuiu e também a porcentagem de pessoas entre 14 e 24 vulneráveis, indicando aumento da segurança protetora (SEN, 2010) no período. A renda *per capita* aumentou no período analisado e a porcentagem de pessoas pobres diminuiu, porém, o índice de Gini aumentou, indicando maior desigualdade na distribuição de renda.

Além da maior concentração de renda, os dados socioeconômicos de Cairú não indicaram comprometimento das dimensões social e/ou econômica que compõem a sustentabilidade. Cabe então avaliar se o desenvolvimento sustentável, caminho para a sustentabilidade, está sendo trilhado.

5.2 – Alpha de Cronbach

O *Alpha de Cronbach* é uma medida de confiabilidade que varia de 0 a 1, e sua faixa inferior de aceitabilidade deve estar entre 0,6 e 0,7; o resultado mostrado no quadro 5 indica que a escala é confiável e há consistência interna dos dados (HAIR JUNIOR ET AL., 2009).

Quadro 5 - Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,671	20

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

5.3 – Análise Fatorial Exploratória – AFE.

Utilizando o SPSS, em uma primeira AFE, com teste KMO = 0,546 e o Índice de Esfericidade de Bartlett = 0,000, verificou-se que as variáveis pol2, pol3, eco 5, soc 2, trp3 e pro 1, apresentaram baixa comunalidade ou baixo índice na matriz anti-imagem, assim, foram excluídas do modelo. Ao efetuar uma segunda avaliação, sem as variáveis excluídas, verificou-se que o teste KMO = 0,567 e o Índice de Esfericidade de Bartlett = 0,000, indicavam que a AFE poderia ser efetuada (HAIR JUNIOR et al., 2009).

Ainda utilizando o SPSS, foi efetuada uma segunda AFE utilizando-se para extração o método de componentes principais e de rotação Varimax. Foi verificado que a matriz anti-imagem apresentou índices variando de 0,514 a 0,626 e comunalidades variando de 0,612 a 0,702, indicando que as variáveis restantes poderiam ser inseridas no *software* AMOS, para uma AFC.

5.4 Análise Fatorial Confirmatória – AFC

Modelos de SEM com 5 construtos ou menos e que apresentem comunalidades maiores que 0,6, podem utilizar amostras de 100 a 150 elementos (HAIR JUNIOR, et al., 2009). Uma vez que o modelo ora avaliado enquadrou-se nestas condições, as variáveis foram inseridas no *software* AMOS para uma AFC.

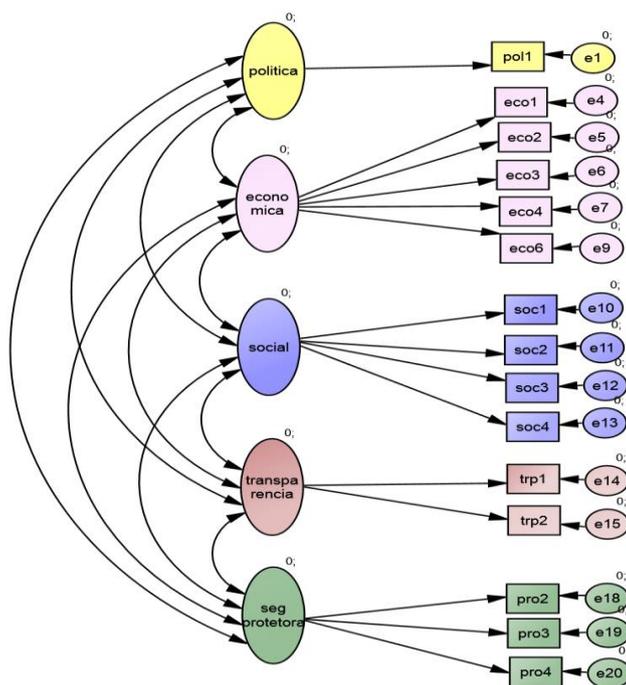
Uma vez que não foi identificada Assimetria ou Kurtose (KLINE, 2004; FINNEY e DISTEFANO, 2006), não foram efetuadas reespecificações. O quadro 6 indica os índices de ajuste do modelo e a figura 9 mostra o modelo utilizado.

Quadro 6 – Índices de ajuste do modelo.

CMIN	DF	CMIN/DF	CFI	TLI	RMSEA	NFI	PCFI
123,976	74	1,675	0,443	0,096	0,039	0,409	0,273

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Figura 9 – Variáveis inseridas no *software* AMOS para efetuar a AFC



Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

O quadro 6 indica que CMIN (*Minimum Value of the Discrepancy*) = 123,976 e DF (*Degrees of Freedom*) = 74, com CMIN/DF = 1,675, “embora ainda não haja um consenso sobre a exatidão desse índice, as recomendações são de que ele pode variar de 2,0 a 5.0” (HOOPER, COUGHLAM & MULLEN, 2008, p. 54). O resultado encontrado não indica um bom ajuste do modelo.

Os índices CFI (*Comparative Fit Index*), TLI (*Tucker-Lewis Index*) variam entre 0 e 1, com valores mais altos, acima de 0,90, indicando melhor ajuste (HAIR JUNIOR et al, 2009). Os valores de CFI = 0,443 e de TLI = 0,096 não indicam um bom ajuste.

Segundo Byrne (2010) o índice RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) deve ser menor que 0,05 para que indique excelente ajuste, porém, Hair Junior et al (2009, p.570) afirmaram que “o RMSEA está entre 0,03 e 0,08”, concordando com Arbuckle (2007 p. 592) que defende que “um excelente indicativo de ajuste para o RMSEA estaria em torno de 0,05, podendo ser utilizado até 0,08 e que esse índice não deve ser utilizado se for maior que 0,1”, já Mulaik (2009, p. 339) sugere que “um valor igual ou menor que 0,05 indica bom ajustamento”. Assim, o RMSEA= 0,039 com LO 90= 0,027 e HI 90= 0,051, encontrados nesse trabalho, indicam um bom ajuste.

O “NFI (*Normed Fit Index*) varia entre 0 e 1” (HAIR JUNIOR et al, 2009, p.570; MULAİK, 2009, p. 325) e em “um modelo com bom ajuste deve estar entre 0,8 e 0,9” (MAROCO, 2010 p. 234). O NFI= 0,409 encontrado não indica bom ajuste.

O índice PCFI deve ser maior que 0,5 (HU & BENTLER, 1999), dessa forma, o PCFI = 0,273 encontrado neste trabalho não indica um bom ajuste.

Segundo Hair Junior et al (2009, p. 577) devem ser utilizados vários índices ao avaliarmos modelos de maior complexidade, deve-se considerar: “O valor χ^2 e o DF associado; Um índice de ajuste absoluto (ou seja, GFI, RMSEA ou SRMR); Um índice de ajuste incremental (ou seja, CFI ou TLI); um índice de qualidade de ajuste (GFI, CFI, TLI, etc.) e um índice de

má qualidade de ajuste (RMSEA, SRMR etc.). Nenhum valor único "mágico" para os índices de ajuste separa modelos bons de ruins”. Dessa forma, como apenas o RMSEA indicou bom ajuste, o modelo não se ajustou aos dados, indicando que o construto desenvolvimento sustentável não foi identificado.

Foi observado, durante a pesquisa, que há grande diferença entre as condições de habitação e infraestrutura em relação ao ambiente destinado aos turistas e aquele destinado à residência dos habitantes da 2ª praia; pois a aproximadamente oitenta metros da orla, onde se pode observar luxo, ostentação e conforto, pode-se encontrar becos e vielas (de aproximadamente 2 metros de largura), mostradas na figura 10 (na foto central observa-se o mar ao fundo), que lembram favelas, porém são seguras e tranquilas. Sachs (1993), em seu modelo de desenvolvimento sustentável, defende que o espaço para moradia deve ser apropriado e em local que não seja aquele destinado às atividades econômicas. A presença de tais ruelas e moradias indica que o local não está no caminho do desenvolvimento sustentável, ratificando o resultado encontrado na análise quantitativa. Deve ser ressaltado que, nesta praia, não circulam veículos.

Figura 10 – Algumas ruelas situadas na segunda praia.



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Sobre este processo de ocupação urbana desordenada, Gonçalves (2004, p. 53) afirma que “a relação entre os nativos e novos empresários é um tanto dolorosa, quando vemos os processos de favelização tão comuns em nossas cidades chegando a Morro”. Soma-se a isto o fato de que os nativos, durante a baixa temporada, perdem seus empregos, o que pode causar problemas sociais e que Foladori (2002) afirma que há estreita relação entre pobreza e degradação ambiental, pode-se inferir que há indícios de que a dimensão ambiental está também comprometida no local.

Foram constatados, durante a pesquisa, indícios de atenção à saúde, um componente da dimensão social do desenvolvimento sustentável, pois foram observadas ambulâncias adaptadas às condições do local mostradas na figura 11.

Figura 11 – Ambulâncias adaptadas às condições do local.



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

Outro fato observado durante a coleta de dados foi que, a mais ou menos cem metros da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Morro de São Paulo, os pesquisadores conversaram com um pescador que carregava um carrinho de mão cheio de peixes (Robalos) que o mesmo acabara de pescar, ao se deslocarem, os pesquisadores perceberam na porta da Secretaria, um cartaz, indicado na figura 12, informando a proibição da pesca daquele tipo de peixe naquele período.

Figura 12 – Cartaz informando sobre o defeso do robalo.



Fonte: Fotografado pelos autores (2016).

A dimensão ambiental é um componente da sustentabilidade e, como a mesma interage com a social e a econômica (ELKINGTON, 2012), o controle e preservação do meio ambiente torna-se uma variável com reflexos diretos na vida da sociedade local, dificultando seu controle por envolver diversas variáveis que podem influenciar até mesmo a sobrevivência dos habitantes.

6 – Considerações Finais

Com base na percepção de profissionais do turismo que operam em Morro de São Paulo, não foi identificado o desenvolvimento sustentável conforme sugerido por Sen (2010), embora a evolução dos índices socioeconômicos não tenha indicado qualquer comprometimento às dimensões social e econômica.

A preocupação com o meio ambiente não foi notada no local pesquisado. Embora existam instituições cujas atividades estão ligadas aos moradores da ilha e ao meio ambiente, não foi observada, durante a pesquisa, qualquer atividade por parte de instituição pública ou privada, visando a preservação ambiental local que, como em outros ambientes que possuem recifes ou ambientes mais sensíveis à ação humana, adotam mecanismos de preservação e controle de acesso. A não observação dos cuidados com o meio ambiente pode comprometer diretamente o turismo, principal atividade econômica local e causar problemas sociais e econômicos, comprometendo a sustentabilidade, uma vez que esta apresenta dimensões interdependentes.

A maior concentração de renda pode ter relação com o processo de favelização em Morro de São Paulo, tal fato pode indicar o início de um processo de deterioração social e econômica que põe em risco o meio ambiente, elemento básico para o turismo.

Como limitação a esta pesquisa, cita-se o fato de que os dados socioeconômicos utilizados são referentes ao município de Cairú, não são específicos de Morro de São Paulo, que pode apresentar condições diferentes do restante do município.

Para futuras pesquisas, sugere-se verificar os fatores que têm causado o aumento da concentração de renda no município, pois, tal fato pode gerar desequilíbrio nas condições sociais e econômicas e, como consequência, impactos negativos no meio ambiente, comprometendo o turismo, principal fonte de renda dos habitantes da região.

REFERÊNCIAS

- ARBUCKLE, L. *AMOS 16.0 User's Guide*. Amos Development Corporation, 2007
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD, IPEA e FJP, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fernando-de-noronha_pe>. Acesso 18 de julho de 2016.
- BARBIERI, J. C. et al. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. *RAE*, São Paulo, 50(2), 54-66, 2002.
- BYRNE, B. *Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and Programming*. New York: Routledge, 2010.
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- CHURCHILL JR, G. A. *Marketing Research – methodological foundations*. Orlando: Dryden, 1999.
- CIEGIS, R., RAMANAUSKIENE, J. e MARTINKUS, B. *The Concept of Sustainable Development and its Use for Sustainability Scenarios. Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics* (2) 1, 28-37, 2009.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.
- FERREIRA, L.M.; JESUS, F., SILVA, H. A. **Plano de manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha**. IBAMA/FUNATURA, 1990.
- FINNEY, S.J. ; DISTEFANO, C. *Non-normal and Categorical Data in Structural Equation Modeling*, In HANCOCK, G. R., MUELLER, R. O. *Structural equation modeling: a second course* (S. 269–314). Greenwich, Connecticut: Information Age Publishing, 2006.
- FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 102, p. 103-113, Curitiba, 2002.
- GONÇALVES, W. J. **Turismo (in) sustentável em Morro de São Paulo, Bahia**. Monografia (Especialização) apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- GÖSSLING, S. *Tourism and Development in Tropical Islands: Political Ecology Perspectives* in Gössling, S (ed) **Tourism and Development in Tropical Islands: Political Ecology Perspectives**, (pp. 1-37) Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2003.
- GUZMAN, M. P.S. e REBBOLLOSO, F. S. M. *Turismo y sustentabilidad: paradigma de desarrollo entre lo tradicional y lo alternativo*. **Gestion y estrategia**, 4(41), 128-139, (2012).
- HAIR JUNIOR, J. F., Black, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E. e TATHAN, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HOOPER, D.; COUGHLAM, J. e MULLEN, M. R.. *Structural Equation Modelling: Guidelines for Determining Model Fit*. **Electronic Journal of Business Research Methods**, 6 (1), 53-60, 2008.
- HU, L. e BENTLER, P.M. *Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives*. **Structural Equation Modeling**, 6, 1-55, (2009).
- HUIQIN, L. e LINCHUN, H. *Evaluation on Sustainable Development of Scenic Zone Based on Tourism Ecological Footprint: Case Study of Yellow Crane Tower in Hubei Province, China*. **Energy Procedia** 5(1), 145–151, 2011.
- HUNTER, C. *Sustainable tourism and the touristic ecological footprint*. **Environment, Development and Sustainability**, 4 (1), 07-20, 2002.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo demográfico** (2010).

- JICKLING, B. *A Future for Sustainability?* Water, Air, and Soil Pollution, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, (1) 23, 467-476, 2000.
- KEINER, M. *The Future of Sustainability*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2006.
- KLINE, R.B. *Beyond Significance Testing. Reforming Data Analysis Methods in Behavioral Research*. Washington, D, C.: APA Books, 2004.
- MARÔCO, J. *Análise de Equações Estruturais*. Pêro Pinheiro: Report Number, 2010.
- MULAIK, S. A. *Linear Causal Modeling with Structural Equations*. London, CRC Press, 2009.
- OLIVEIRA, A. G. et al. Democracia, Liberdade e Desenvolvimento Sustentável em Cidades que Sediaram Jogos da Copa do Mundo de 2014. São Paulo. **Anais do XVI Encontro Internacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, São Paulo: ENGEMA, 1 CD – ROM, 2014.
- _____, A. G. Orientação para o mercado sustentável: um modelo de gestão para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros (Tese apresentada à Universidade de Fortaleza, 2015). Retirado de: <<http://uolp.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer#>>. Acessado em 20 ago 2016.
- _____, A. G. *Sustainable Development in Fernando de Noronha, Pernambuco, Brazil, According to Tourism Professionals*. **Tourism and Management Studies International Conference – TMS Algarve 2016**, Olhão, Algarve, Portugal, 2016.
- OMT - Organização Mundial do Turismo. *Information, analysis and Know-How. Facts and figures*, 2010. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/>. Acessado em 13/07/2016.
- PEARCE, D. **Geografia do Turismo: Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens**, São Paulo: Aleph, (2003).
- SACHS, I. **Estratégias de Transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel Fundap, 1993.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, (2010).
- SILVA, C. L. e MENDES, J. T.G. **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: Agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, (2005).
- THEVÉNIN, J. M. R. e LOCATEL, C.D. A Natureza nas “Ondas” do Turismo: uma leitura a partir do arquipélago de Tinharé (Bahia/Brasil). **Revista Formação**, n 21, volume 1, p. 72-99, 2014.